

Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional ¹

Jandir Ferrera de Lima²

Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt³

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o perfil das desigualdades regionais na área de abrangência na região Grande Fronteira do Mercosul (GFM), através da mensuração do coeficiente de desenvolvimento regional e do padrão de localização do emprego formal. No âmbito dessa análise ficaram demonstrados dois fenômenos espaciais: um processo de reestruturação espacial e a forte desigualdade das mesorregiões Sudoeste PR, Noroeste RS e Fronteira Oeste RS em relação às outras mesorregiões do Sul do Brasil. Esse resultado fortalece a identificação de particularidades espaciais capazes de esclarecer um padrão de desenvolvimento econômico regional diferenciado nas fronteiras, em particular na Região Sul do Brasil. Os resultados deste estudo forneceram elementos para a intervenção regional, pois é possível, via políticas públicas adequadas, buscar a retomada do dinamismo econômico e o desenvolvimento socioeconômico na GFM.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, fronteira, desenvolvimento econômico, estudos regionais.

INTRODUÇÃO

A região é o espaço fora da capital e das metrópoles. Ela é lugar de identidade, de tradição, de contigüidade, onde se fixam agrupamentos humanos. Mesmo assim, em alguns casos, esses elementos não são suficientes para manter

¹ Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Ph.D. Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC). Professor do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e do GEPEC. E-mail: jandirbr@yahoo.ca

³ Bolsista de pesquisa do CNPQ. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste Paraná (UNIOESTE). Assistente de pesquisa do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: pauloerberhardt@yahoo.com.br

uma população. A região, para seu pleno desenvolvimento, deve ser capaz de criar empregos, garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e as condições de vida da população. Da mesma forma, as atividades produtivas devem ser capazes de rentabilizar os investimentos, caso contrário a região corre o risco de cair no ostracismo econômico, que se reflete através do baixo dinamismo econômico. Nesses casos, o Estado, através das políticas públicas, torna-se importante para estimular a formação de capital social básico, o fomento das atividades produtivas e os investimentos capazes de estimular o desenvolvimento econômico regional.

No caso brasileiro, o Estado sempre teve um papel importante no desenvolvimento industrial e na diminuição das disparidades regionais. Por isso, a partir de estudos propostos no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MIN), surgiu a regionalização das "Mesorregiões Diferenciadas", que são espaços sub-nacionais, contíguos entre dois ou mais estados federados, cujos perfis sociais, econômicos e históricos apresentam similaridades e por vezes interação. Porém, seu crescimento econômico está abaixo da média estadual ou nacional, demonstrando um perfil de baixo dinamismo econômico ou de estagnação. A fim de subsidiar a intervenção regional e as políticas públicas voltadas ao suporte das atividades econômicas ligadas às Mesorregiões Diferenciadas, o Ministério da Integração Nacional criou 13 programas de desenvolvimento regional com base em ações de gestão compartilhada do espaço territorial e da integração de políticas públicas. Na área de abrangência desses programas tem-se a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (GFM), localizada no Sul do Brasil (a área da GFM pode ser visualizada em <<http://www.mesomercosul.org.br/principal.php>>. A área de abrangência da GFM é de 139,2 mil Km² englobando 415 municípios, em torno de quatro milhões de habitantes. Suas microrregiões apresentam características diferenciadas internamente em termos de dinamismo econômico, estabilidade e indicadores de desenvolvimento humano. Já em relação à Região Sul há também uma grande disparidade. Apesar de a área da GFM compreender um quarto do território sulino e ter um quarto da população da Região, o seu Produto Interno Bruto representa pouco mais de um décimo do Produto Interno Bruto do Sul do Brasil. Além disso, o PIB *per capita* da Mesorregião (US\$ 3.285,00) é 40% menor que o da Região Sul (US\$ 5.320,00).

A GFM é um campo vasto de investigação econômica, dadas as suas similaridades em termos de ocupação do território e das disparidades geo-econômicas e sociais. Além desses elementos, há três outros que devem ser considerados na análise da região da GFM: sua característica de fronteira, o padrão de localização das atividades produtivas e o perfil do desenvolvimento regional.

Assim, o objetivo desta análise é mensurar a desigualdade regional e o padrão de localização do emprego entre as microrregiões que compõem a GFM. Os resultados fornecerão elementos para o poder público e a sociedade civil organizarem e discutirem as tendências do desenvolvimento e as políticas de intervenção regional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utiliza o desempenho econômico das regiões como indicador do fortalecimento ou da diminuição das desigualdades. Nesse caso o espaço se transforma estimulado pela produção econômica, pela forma como as regiões reagem aos estímulos dessa produção e as ações da coletividade (Fajardo, 2005; Piquet, 2007). Uma das particularidades das regiões de fronteira é estar acessível ao global. A região fronteira aparece como uma relação do local com o global, articulada pelas atividades produtivas, pela base de exportação, no contato com o mundo exterior. Nesse contexto, a distância e a localização parecem perder a importância (ver Benko, 2001; Diniz, 2002; Santos, 2003; Nguyen e Vicente, 2003; Carod, 2005; Alves *et al* 2007). Assim, os resultados da análise regional são importantes para dimensionar o perfil das desigualdades regionais, dos problemas de desenvolvimento ligados à Mesorregião GFM e de suas estratégias de superação. Parte-se da ideia da necessidade de mudar as formas de planejamento regional para melhorar o desempenho dos indicadores de desenvolvimento regional. Esses indicadores concentram-se sobre três variáveis básicas: o emprego, o produto e o desenvolvimento humano. Para analisar essas variáveis e atender aos objetivos propostos, optou-se pela utilização de métodos de análise regional e pelo coeficiente de desenvolvimento regional de Williamson..

Os dados relacionados ao emprego e ao Produto Interno Bruto (PIB) serão obtidos através da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Ministério do Planejamento. Os dados do PIB foram deflacionados pelo deflator implícito do PIB tomando como parâmetro o ano de 2000. Os índices de emprego e o PIB foram analisados através do instrumental de análise regional no período 1999 e 2008. A escolha dessas variáveis (emprego e PIB) se deu por pressupor que os ramos de atividade mais dinâmicos empregam mais mão de obra no decorrer do tempo. A ocupação da mão de obra se reflete na geração e na distribuição da renda regional, o que estimula o consumo e conseqüentemente a dinâmica da economia regional.

Na composição da economia regional existem dois tipos de atividades produtivas: as atividades básicas, que são capazes de multiplicar empregos diretos e indiretos, e as não básicas ou induzidas. Conforme a metodologia descrita por Piffer (1999), Vollet e Dion (2001) e Ferrera de Lima (2006), quando o emprego está ligado às atividades básicas, ou seja, pela relação entre o emprego por ramo de atividade (β_i) e o emprego total de todos os ramos produtivos (β) com o emprego no Estado (N), estabelece-se a relação $\frac{\beta_i}{\beta} > \frac{N_i}{N}$. Se o resultado dessa relação (Quociente de Localização) for um valor maior ou igual à unidade, então a atividade produtiva é básica. Em outras palavras, ela tem capacidade de criar empregos em outros setores da economia regional. Além disso, os valores superiores à unidade também refletem a especialização regional. Por isso, o primeiro elemento a ser estimado são as atividades básicas, que são as indutoras.

Para o cálculo das medidas de especialização e de localização organizaram-se as informações em uma matriz que relaciona a distribuição setorial-espacial de uma variável-base.

Definiram-se as seguintes variáveis:

C_{ij} = emprego formal no setor econômico i da microrregião j ;

$\sum_j C_{ij}$ = emprego formal no setor econômico i de todas as microrregiões;

$\sum_i C_{ij}$ = emprego formal em todos os setores econômicos da microrregião j ;

$\sum_i \sum_j C_{ij}$ = emprego formal em todos os setores econômicos das microrregiões.

A partir dessas variáveis estimam-se as medidas de localização e de especialização, quais sejam:

a) Quociente Locacional - QL

É utilizado para comparar a participação percentual da ocupação da mão de obra em empregos formais de um município com a participação percentual no total da Região. O quociente locacional pode ser analisado a partir de ramos de atividade específicos ou no seu conjunto. É expresso pela equação (1).

$$QL_{ij} = \frac{C_{ij} / \sum_j C_{ij}}{\sum_i C_{ij} / \sum_i \sum_j C_{ij}} \quad (1)$$

A importância da microrregião no contexto regional, em relação ao setor econômico estudado, é demonstrada quando QL_{ij} assume valores superiores que a unidade. Como o quociente é medido a partir de informações do emprego (C), ele indica os setores que possuem um padrão de concentração regional mais acentuado.

b) Coeficiente de Reestruturação - Cr

O coeficiente de reestruturação relaciona a estrutura do emprego formal por microrregiões e a GFM entre dois períodos, ano base 0 e ano 1, analisando o grau de mudanças na especialização dos municípios que compõem a Região. Escolheram-se os anos da análise que representam os dois extremos da série de dados disponíveis.

$$Cr = \frac{\sum_i \left| \left(c_{ij} / \sum_i c_{ij} \right)^{t1} - \left(c_{ij} / \sum_i c_{ij} \right)^{t0} \right|}{2} \quad (2)$$

Coeficientes iguais a zero (0) indicam que não ocorreram modificações na estrutura econômica da microrregião, e iguais a um (1) demonstra uma reestruturação bem substancial.

c) Coefficiente de Especialização

O coeficiente de especialização é uma medida regional. As medidas regionais concentram-se na estrutura produtiva de cada microrregião, fornecendo informações sobre o nível de especialização setorial da economia num período.

$$CEsp_j = \frac{\sum_i \left| \left(E_{ij} / \sum_i E_{ij} \right) - \left(\sum_j E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij} \right) \right|}{2} \quad (3)$$

Através do coeficiente de especialização, compara-se a economia de uma microrregião com a economia da GFM como um todo. Para resultados iguais a 0 (zero), a microrregião tem composição idêntica no seu conjunto. Em contrapartida, coeficientes iguais ou próximos a 1 demonstram um elevado grau de especialização ligado a um determinado setor econômico.

Além da análise dos indicadores de localização e especialização será utilizado o Coeficiente de Desigualdade Regional (CDR) para medir a variação dessa desigualdade nas microrregiões da GFM. Esse coeficiente está ligado à ideia de que o desenvolvimento de uma região é acompanhado por um aumento da disparidade regional devido à atração de mão de obra pelos polos desenvolvidos e pela incapacidade desses polos em absorver esse contingente populacional. Esses fatores contribuem para a distribuição desigual da renda e, conseqüentemente, para um desenvolvimento regional desigual. A capacidade em criar empregos, atrair população e avançar no crescimento do PIB *per capita* são elementos que denotam o perfil de desenvolvimento das microrregiões no contexto de uma macrorregião, neste caso da GFM. Deve-se ressaltar que o crescimento do PIB *per capita* tem relação com os aumentos de produtividade. Mais produtividade reflete-se, ao longo do tempo, em um crescimento mais dinâmico do PIB em relação ao crescimento demográfico.

Assim, a equação ajustada do CDR de Williamson (1977) fica da seguinte forma:

$$CDR = \frac{\sqrt{\sum_i (y_i - \bar{y})^2 \cdot \frac{f_i}{n}}}{\bar{y}} \quad (4)$$

Em que:

f_i = população da i -ésima microrregião

n = população total da Região Sul do Brasil ou da GFM, quando a análise é intrarregional

y_i = Renda *per capita* da i -ésima microrregião

y = Renda *per capita* da Região Sul do Brasil ou da GFM, quando a análise é intrarregional

N = Número de microrregiões

Dessa forma, o CDR mede a dispersão dos níveis de renda regional *per capita*, relativamente à região de referência, enquanto cada desvio regional é ponderado por sua participação na população da mesma região de referência. Segundo Williamson (1977), o CDR é estimado pela raiz quadrática do somatório das diferenças entre o PIB *per capita* de cada microrregião e o PIB *per capita* da Região Sul (ou GFM), ponderadas pela população microrregional sobre o total de população na Região Sul, sendo esse somatório dividido pelo PIB *per capita* regional. O valor do CDR varia entre o máximo de um (1) e o mínimo de zero (0), sendo que quanto mais próximo da unidade, maiores serão as desigualdades regionais de renda *per capita*.

Além disso, a análise de Furtado (2003) denota que o processo de desenvolvimento econômico está relacionando à variável renda. Ao aumentar o fluxo de renda por unidade de força de trabalho, a economia ganha produtividade, aumenta os excedentes e, conseqüentemente, acumula mais capital. O aumento da produtividade, teoricamente, advém das modificações das técnicas de produção e da dotação de capital. A modificação das técnicas de produção corrobora a divisão social do trabalho, ou seja, a especialização do trabalhador no processo produtivo. O processo de desenvolvimento econômico exige modificações na diversidade das formas sociais e econômicas, engendradas pela própria divisão social do trabalho. Assim, o crescimento econômico é compreendido apenas pela expansão da produção real, expresso pelo volume físico da produção, mas o desenvolvimento é a expansão do fluxo de renda real capaz de criar um mercado interno e de se expandir para outros mercados. A expansão do fluxo de renda resulta em um aumento da produtividade do trabalho decorrente da acumulação de capital e do avanço das técnicas. Segundo o autor, atinge-se o desenvolvimento se cumpridos os requisitos quantitativos, pois os qualitativos são decorrentes do primeiro. Dessa forma, bastaria gerar emprego para solucionar as questões relativas ao desenvolvimento econômico.

Na mesma linha de Furtado (2003), Singer (2003) e Ferrera de Lima (2007) afirmam que para se ter desenvolvimento econômico há que se ter geração de renda, sendo que esta última, por sua vez, requer geração de empregos. A superação da pobreza requer a inserção das pessoas no mercado de trabalho, gerando massa salarial e acesso aos bens e serviços. Por isso, o padrão espacial de distribuição e reestruturação do emprego torna-se um indicador de avanço, estagnação ou retração do desenvolvimento regional.

O PERFIL DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

Ao analisar a Tab. 1, que apresenta resultados do coeficiente de desenvolvimento regional, percebe-se que no período estudado a distância econômica entre a Região da Grande Fronteira do Mercosul (GFM) e o conjunto da Região Sul manteve-se praticamente estável, principalmente no que se refere à relação PIB *per capita* x emprego. Assim, no início do século XXI, em termos comparativos não houve mudança significativa no coeficiente de desenvolvimento regional das microrregiões da GFM, em relação à Região Sul. Com isso, a relação entre o produto e o emprego manteve-se constante e os ganhos de produção por trabalhador não tiveram avanços significativos na comparação da mesorregião da Grande Fronteira com a Região Sul do Brasil.

Tabela 1: Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR) das Microrregiões da Grande Fronteira do Mercosul (GFM)- 1999-2004.

Espaço Territorial	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Intrarregional (GFM)	0,2632	0,2826	0,2598	0,2520	0,2140	0,2356
Inter-regional (Região Sul)	0,0987	0,1038	0,1023	0,1061	0,1121	0,1011
Intrarregional (GFM)	0,2663	0,2742	0,2484	0,2415	0,2050	0,2225
Interregional (Região Sul)	0,1192	0,1214	0,1131	0,1140	0,1153	0,1044

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IPEA (2010).

Se não houve mudanças no contexto do conjunto da Região Sul do Brasil, houve mudanças internas na mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. No aspecto intrarregional houve uma sensível diminuição das disparidades econômicas, ou seja, há convergência no período na evolução do CDR das microrregiões que compõem a GFM. Porém, internamente as disparidades regionais demonstram uma forte heterogeneidade entre a tectônica das economias regionais. Assim, no aspecto

regionais. Assim, no aspecto intrarregional há uma convergência em relação à média regional, mas a mesorregião continua muito díspar na sua estrutura produtiva. Nos estudos de clássicos de Williamson (1977) e Kuznets (1986) isso reflete uma tendência do processo de desenvolvimento regional e seus desequilíbrios. Num primeiro momento há divergência entre as regiões e a média nacional ou da macrorregião. Ao longo do tempo, com o avanço do processo de desenvolvimento econômico, ocorre a convergência entre as regiões. Nesse contexto, em relação à Região Sul, a GFM continua bem divergente, porém, internamente, a GFM vem reduzindo as desigualdades intrarregionais, principalmente na capacidade do emprego formal em gerar crescimento econômico, ou seja, tanto na relação do PIB com o emprego e com a população, o CDR intrarregionalmente demonstrou que não há diferenças significativas em termos da produtividade da mão de obra.

Na Fig. 1, nota-se que houve uma ampliação no CDR intrarregional, enquanto, em 1999, apenas 3 microrregiões apresentaram os indicadores mais significativos de desigualdades intrarregionais entre seus municípios, em 2008 esse número dobrou. Porém, num conjunto de vinte e oito (28) microrregiões, em 1999 essas microrregiões representaram 14% do total, evoluindo para 21% em 2008. Além disso, um conjunto de microrregiões não fortaleceram suas disparidades internas ou permaneceram estáveis. No conjunto da GFM, a inércia das disparidades em um grupo de microrregiões foi mais significativa que o fortalecimento das disparidades. Nesse sentido, com exceção de Chapecó, as microrregiões com o PIB mais significativo são as que apresentaram maiores desigualdades internas na relação Produto/Emprego. Isso demonstra um descompasso no ritmo de crescimento econômico entre as microrregiões. Aquelas que crescem de forma mais dinâmica tendem a fortalecer suas disparidades, com exceção da microrregião de Três Passos, as microrregiões com maiores desigualdades internas são próximas às capitais.

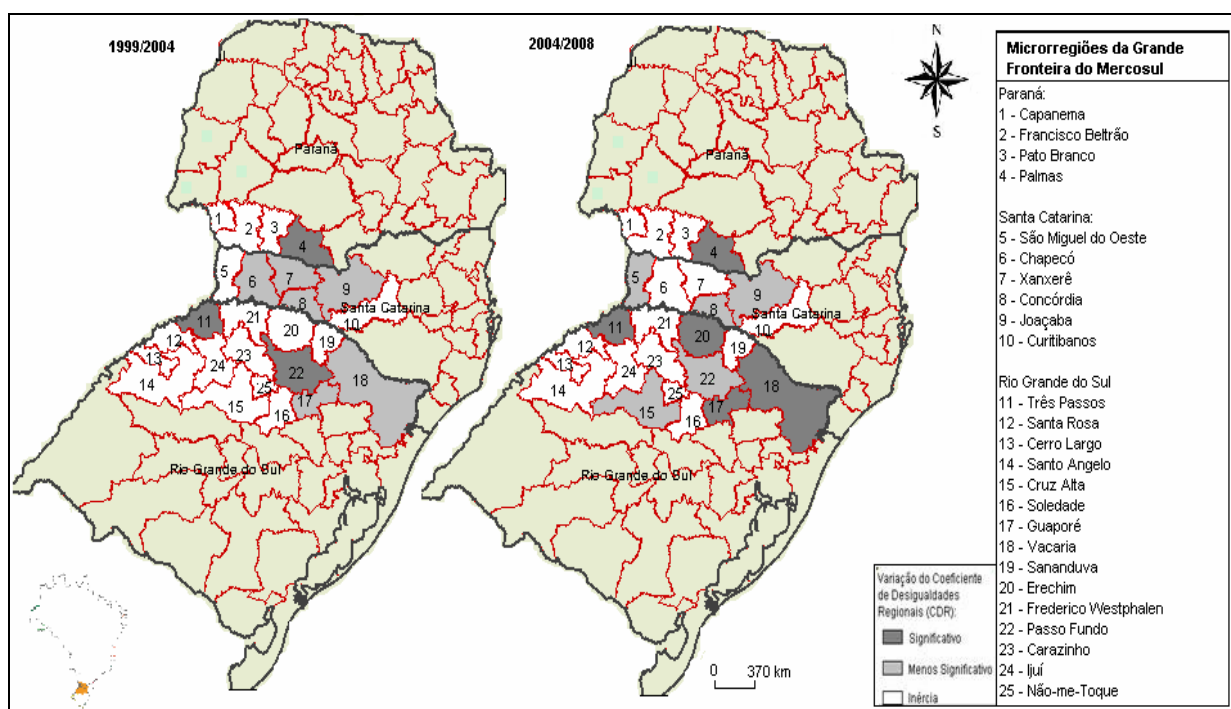


Figura 1: O Perfil das Desigualdades Intrarregionais na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (1999-2008)

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da RAIS (2010).

No seu conjunto, o CDR (Tab. 1) intrarregional, demonstra o fortalecimento das desigualdades intrarregionais. No caso, com exceção das microrregiões de Passo Fundo, Xanxerê, Chapecó e Palmas, em que houve uma diminuição dos coeficientes de desenvolvimento regional, nas outras microrregiões eles aumentaram. A capacidade de produzir riqueza, mesmo com o mesmo perfil de empregos formais é diferenciado nas microrregiões. Porém, isso não se reflete no conjunto da população. O ritmo de crescimento continua sendo diferenciado, beneficiando municípios-polos, o que explica o porquê de as microrregiões com PIB mais significativo terem disparidades intrarregionais mais acentuadas.

Especialização e Localização das Atividades Produtivas na Grande Fronteira do Mercosul

Ao se comparar a ocupação de mão de obra nos setores econômicos nas microrregiões da GFM e traçando um paralelo com os resultados do CDR, nota-se que as microrregiões mais populosas e com menores disparidades regionais são as mais diversificadas. Já as microrregiões com fortes disparidades internas, mas com baixo adensamento de população, são especializadas. Ou seja, ao longo do tempo o aumento dos contingentes populacionais estimulados pelo dinamismo da economia tende a ampliar a base produtiva e estimular a diversificação das

atividades. Nesse caso, os municípios-polos continuam com uma ação de drenagem bem significativa ao longo da sua periferia intrarregional. No seu conjunto 57% das microrregiões da GFM são altamente especializadas. Nesse caso, um padrão de especialização ou diversificação não garante em si a dispersão das atividades produtivas, mas a localização da população. Regionalmente, o Estado de Santa Catarina apresenta um perfil mais diversificado, enquanto o Rio Grande Sul tem um perfil mais especializado. Isso significa uma distribuição mais equitativa do emprego formal entre os três setores econômicos nas microrregiões catarinenses.

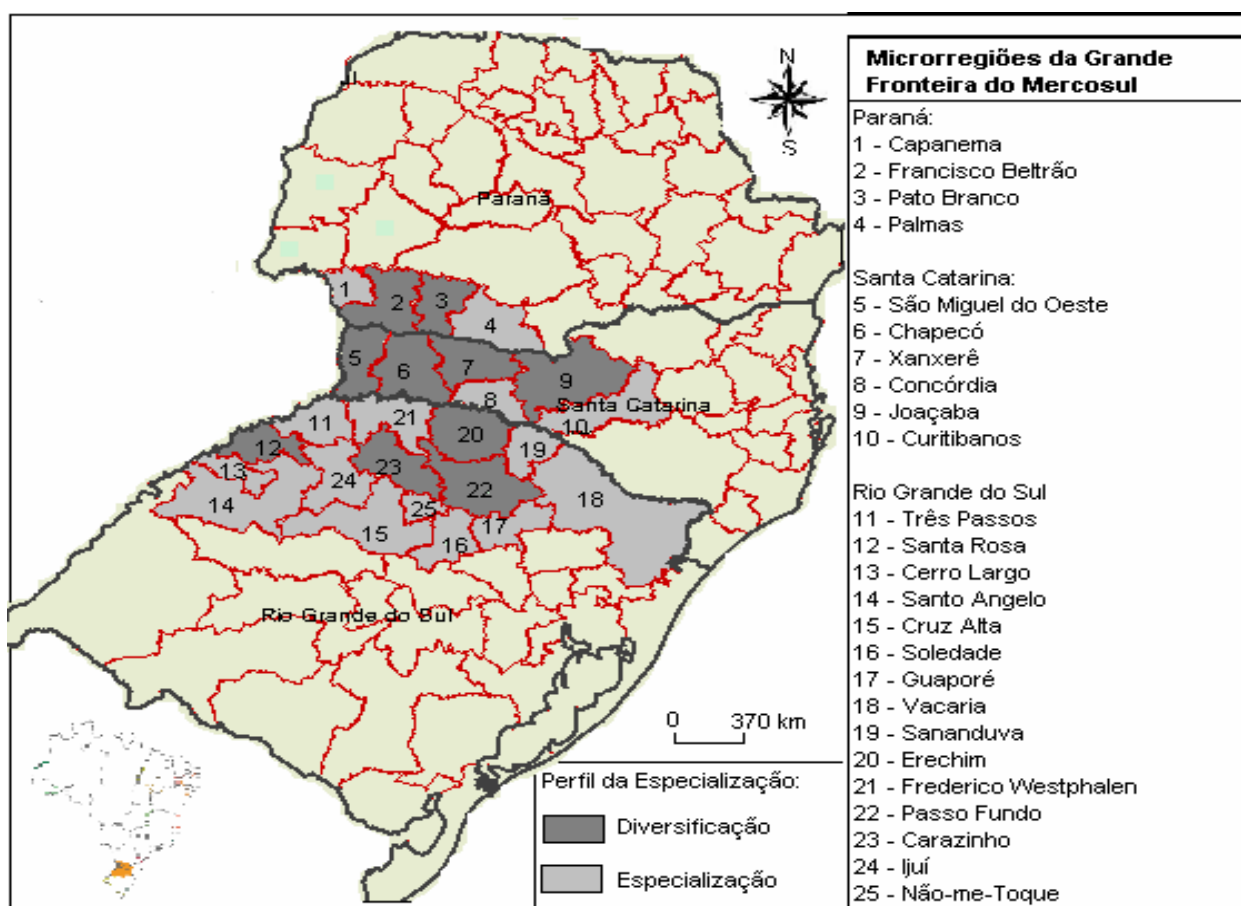


Figura 2 – Perfil da Especialização Produtiva das Microrregiões da GFM – 1999-2008.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da RAIS (2010).

Outra informação importante quanto à especialização produtiva na GFM é a tendência desse indicador. As microrregiões com as maiores disparidades internas são aquelas em que os indicadores permaneceram estáveis ou caíram ao longo do tempo. Ou seja, não houve grandes alterações na distribuição do emprego formal entre os setores econômicos ao longo do tempo. Apesar da ampliação dos postos de trabalho nas atividades agroindustriais, a distribuição do emprego entre as

emprego entre as atividades produtivas continuou no mesmo patamar. No caso do Rio Grande do Sul, as microrregiões periféricas continuam as mais especializadas em relação às microrregiões com um PIB mais significativo e mais adensadas em termos de população e seus indicadores são mais estáveis ao longo do período. Ou seja, as microrregiões mais ricas apresentam menor instabilidade na distribuição do emprego formal e na relação PIB *per capita*/população. Isso deixa as microrregiões mais ricas menos susceptíveis a crises bruscas, principalmente com as quebras de safra que diminuem consideravelmente a renda do setor primário. Nesse caso, a diversificação fortalece as economias mais significativas da GFM.

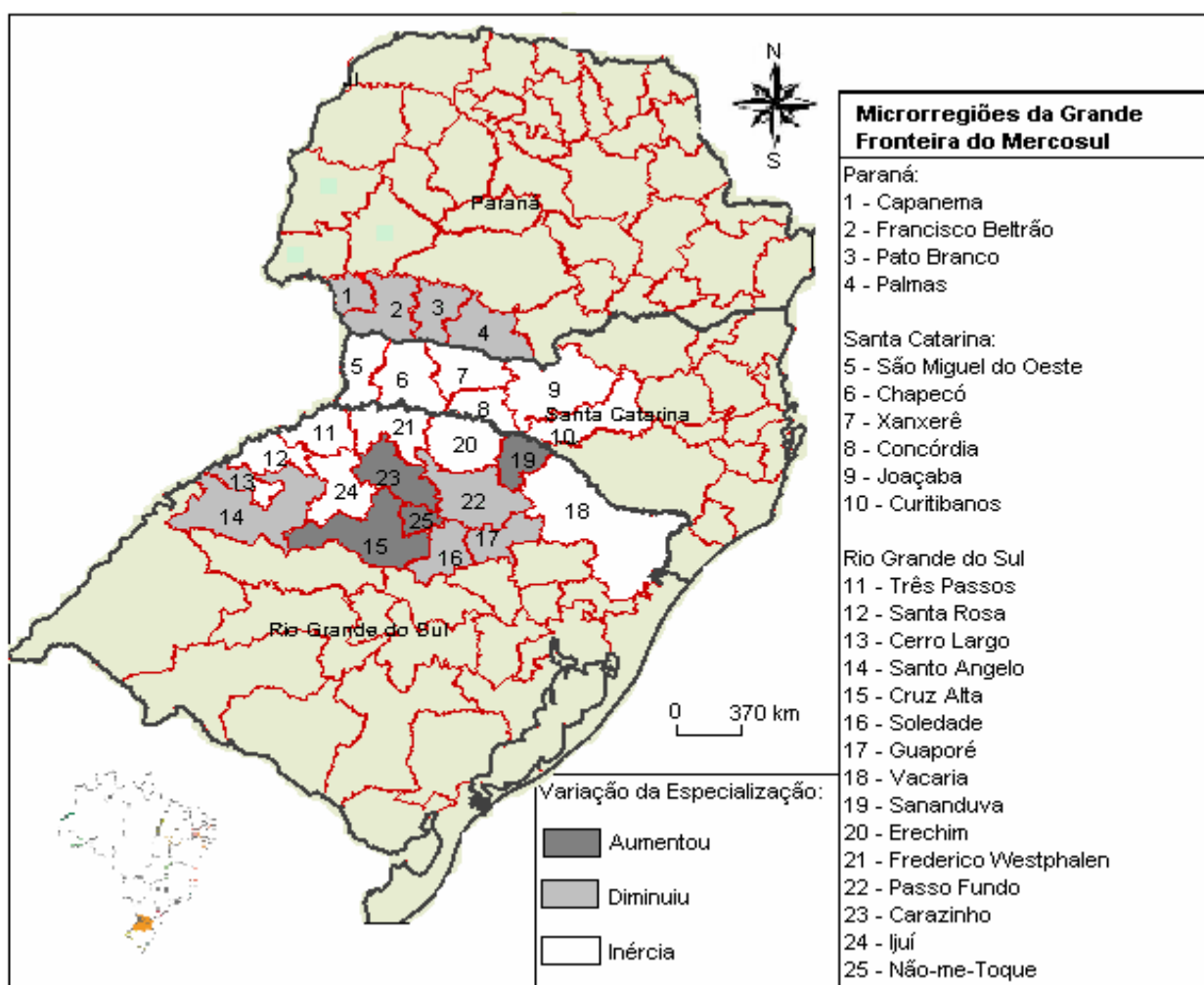


Figura 3: Tendência da Especialização do Emprego Formal das Microrregiões da GFM – 1999-2008.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da RAIS (2010).

Apesar de as microrregiões periféricas serem as mais especializadas, elas não possuem necessariamente um grande adensamento de mão de obra ocupada nas atividades primárias. O que se nota é que a localização mais significativa do emprego formal no setor primário está nas bordas da GFM (Fig. 4). Ou seja, o

emprego urbano-industrial está localizado no centro da região no sentido leste, que continua sendo o maior consumidor dos insumos produzidos no seu entorno. Nesse caso, as microrregiões mais próximas às metrópoles estaduais são as que apresentam uma localização mais significativa do emprego formal no setor primário.

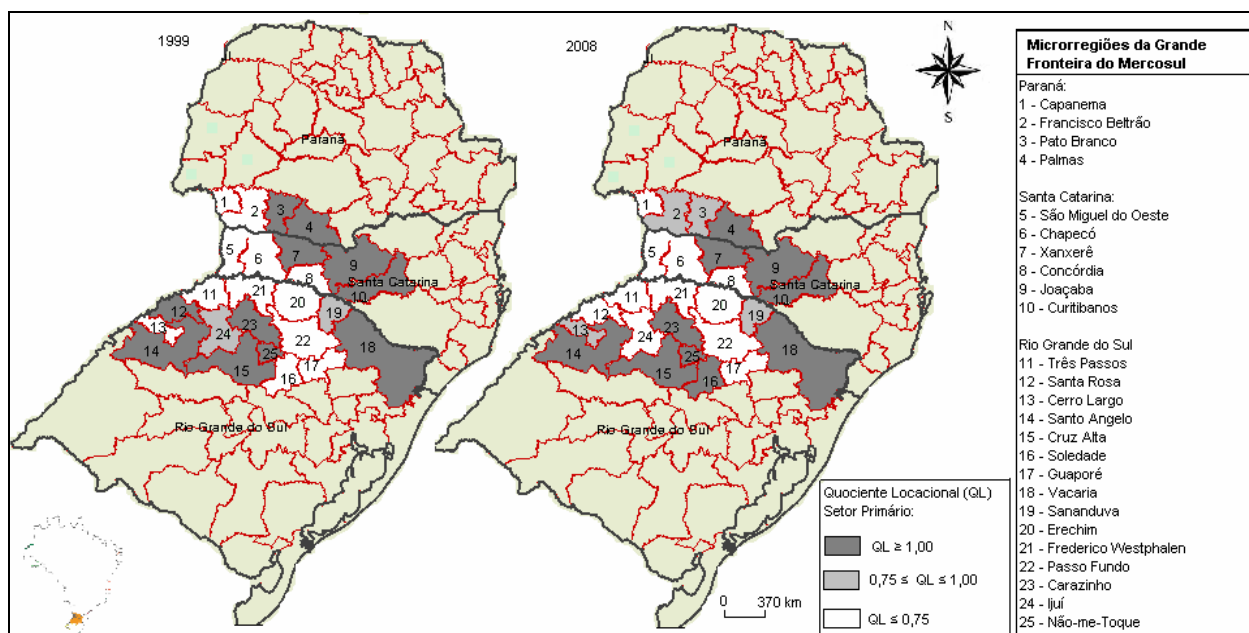


Figura 4: Padrão de Localização do Emprego Formal no Setor Primário nas Microrregiões da Grande Fronteira do Mercosul – 1999-2008.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da RAIS (2010).

Já no setor secundário a distribuição mais homogênea do emprego formal no setor secundário está em Santa Catarina. Se por um lado as microrregiões localizadas mais nos extremos da GFM catarinense são significativas no emprego do setor primário, no seu conjunto elas apresentam um maior adensamento também no emprego industrial. Nesse caso, umas das peculiaridades do espaço catarinense é a presença das pequenas propriedades rurais diversificadas e altamente integradas com as empresas agroindustriais, principalmente as cooperativas de abate de suínos e aves. Já no caso do Norte do Rio Grande do Sul, o fortalecimento da agroindustrialização ocorreu a partir de 2008 com a instalação de plantas agroindustriais nas microrregiões de Frederico Westphalen, Carazinho, Santa Rosa e Ijuí. Com isso, cada vez a GFM fortalece a associação geográfica entre agropecuária e indústria, o que demonstra seu amadurecimento na indústria tradicional e lhe exige a transição para atividades de transformação mais adensadas em tecnologia e capital.

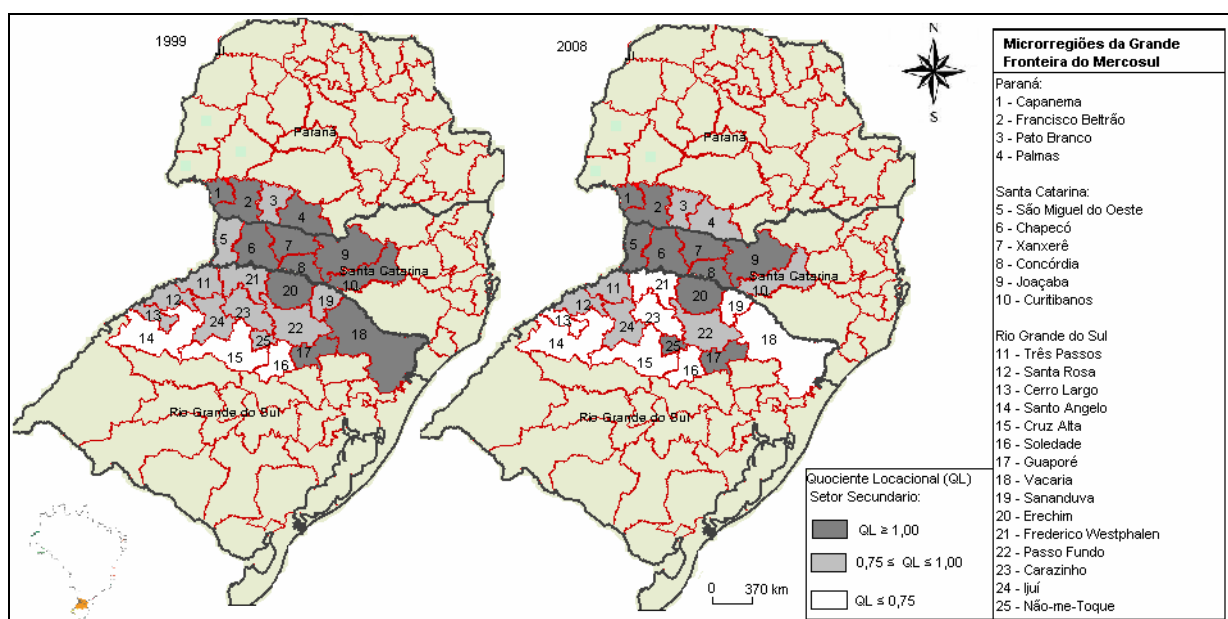


Figura 5: - Padrão de Localização do Emprego Formal no Setor Secundário nas Microrregiões da Grande Fronteira do Mercosul – 1999-2008.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da RAIS (2010).

Outra particularidade da GFM apresenta-se ao se comparar os quocientes locais do emprego formal em todos os setores. Pela Fig. 6 nota-se que o Norte do Rio Grande do Sul possui uma concentração significativa de emprego no setor terciário, enquanto a maioria das suas microrregiões também apresenta uma concentração significativa de emprego no setor primário. Com isso, nota-se que as microrregiões da GFM localizadas no Rio Grande do Sul vêm fortalecendo seu continuum urbano rural. As características físicas do norte do Rio Grande do Sul, marcado por pequenas propriedades, pela dispersão significativa de pequenos núcleos urbanos e a proximidade com as agroindustriais localizadas em microrregiões específicas da GFM têm estimulado uma maior diversificação da renda dos produtores rurais e com isso fortalecido as economias urbanas.

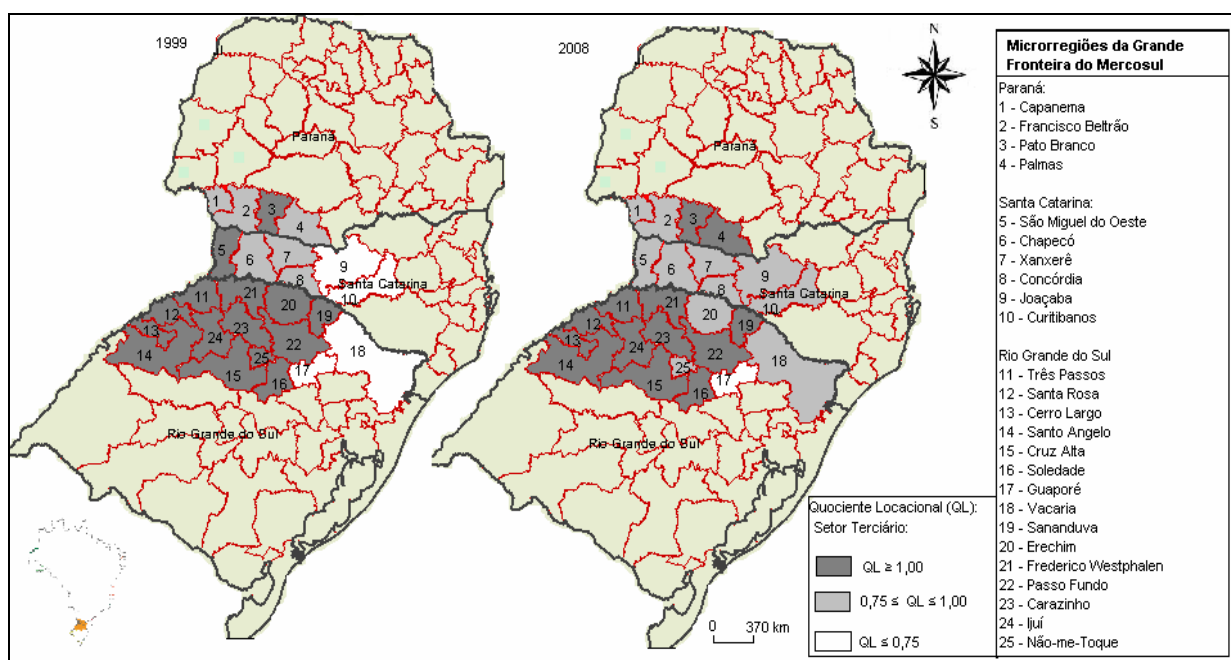


Figura 6: Padrão de Localização do Emprego Formal no Setor Terciário nas Microrregiões da Grande Fronteira do Mercosul – 1999-2008.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da RAIS (2010).

Os dados do perfil locacional do emprego formal no setor terciário demonstram que as microrregiões do Rio Grande do Sul e do Paraná fortaleceram suas economias urbanas. Mais e mais as atividades ligadas ao espaço urbano fortaleceram a sua especialização nessas áreas.

Ao se traçar um comparativo entre os dados da análise regional e do CDR percebe-se que as microrregiões que tiveram uma variação positiva no CDR aumentaram sua representatividade no emprego formal do setor terciário. Ou seja, o fortalecimento da economia urbana implica maiores desigualdades regionais da renda *per capita*. As melhorias no PIB *per capita* associado à melhoria nos indicadores de emprego formal indicam também o fortalecimento do mercado interno, capitaneado na expansão das atividades de comércio e serviços.

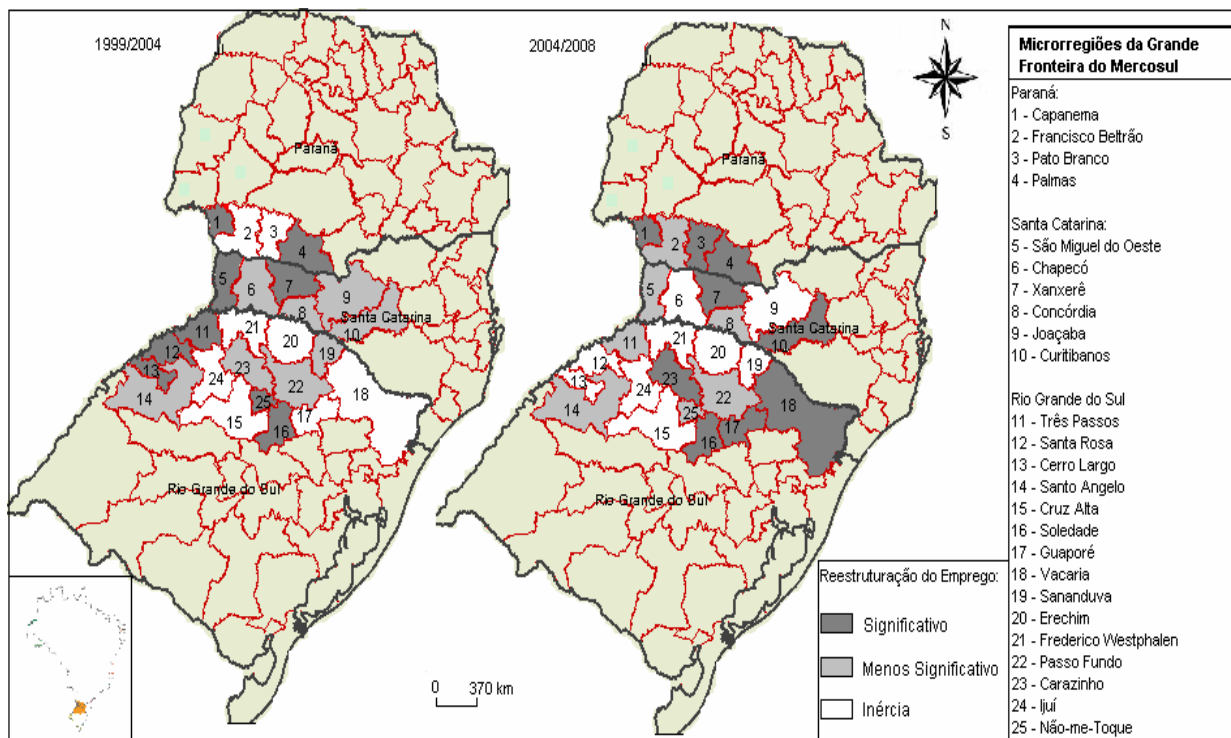


Figura 7: Reestruturação do Emprego Formal nas Microrregiões da Grande Fronteira do Mercosul- 1999-2008.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da RAIS (2010).

Por fim, a análise da Fig. 7 demonstra que ocorreu uma tendência nas microrregiões em que ao CDR evolui positivamente, qual seja: a inércia ou uma variação pouco significativa do coeficiente de reestruturação do emprego formal. Além disso, a grande parte dessas microrregiões apresenta um perfil diversificado no indicador de especialização regional. Nesse sentido, a diversificação da distribuição do emprego formal nos setores econômicos de algumas microrregiões é acompanhada de um lado do fortalecimento do mercado interno dessas áreas e de outro no fortalecimento das desigualdades regionais. A polarização regional na área da GFM ocorre cada vez mais pela capacidade das microrregiões em diversificaram as fontes de emprego e em fortalecerem as atividades urbanas. Mais atividades urbanas fortalecidas, maiores as áreas de mercado conquistadas.

CONCLUSÃO

Os principais problemas da Mesorregião GFM, na atualidade, se resumem nos seguintes itens: crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e competitividade; dificuldade de inserção da pequena prioridade rural no mercado e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso

acesso à saúde e à educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de criação de empregos e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.

Por outro lado, a análise demonstrou que as microrregiões menos significativas em termos de Produto Interno Bruto são as que apresentam maior especialização das suas economias regionais, ou seja, elas não possuem uma distribuição mais equitativa do emprego formal entre os setores econômicos. Por outro lado, as microrregiões com maior adensamento de população e maior PIB *per capita* possuem uma maior diversificação das atividades produtivas, o que as deixa menos instáveis e susceptíveis a crises no setor primário.

No âmbito dessa análise ficaram demonstrados dois fenômenos espaciais: o primeiro é um processo de reestruturação espacial e a forte desigualdade das mesorregiões Sudoeste PR, Noroeste RS e Fronteira Oeste RS em relação às outras mesorregiões do Sul do Brasil. O outro é o fortalecimento da especialização nas microrregiões com menor adensamento de população e PIB *per capita*. Ou seja, a reestruturação espacial não estimula a diversificação das economias regionais. Se no seu conjunto o Coeficiente de Desenvolvimento Regional permaneceu estável em relação à Região Sul do Brasil, no aspecto intrarregional houve um fortalecimento das desigualdades na relação produto/emprego, demonstrando que as microrregiões mais adensadas são mais produtivas em relação às regiões periféricas. Ou seja, há um maior ganho em termos de produto nas atividades urbano-industriais do que nas atividades urbano-rurais.

Assim, esta análise contribuiu para a identificação de particularidades espaciais capazes de esclarecer o padrão de desenvolvimento econômico regional diferenciado nas fronteiras, em particular na Grande Fronteira do Mercosul na Região Sul do Brasil. Por isso, os objetivos propostos nesta pesquisa vêm fornecer balizas para a intervenção regional, através de elementos para a sociedade civil organizada, o poder público e as instituições discutirem projetos de interesse coletivo aptos a reduzir as disparidades internas e dinamizar o desenvolvimento socioeconômico. Portanto, acredita-se ser possível, via políticas públicas adequadas, buscar a retomada do dinamismo econômico e do desenvolvimento regional na GFM.

Mesoregion great frontier of Mercosul: locational profile of regional development

ABSTRACT

This study aims to analyze the profile of regional inequalities in the area surrounding the Great Frontier of Mercosur region (GFM), by measuring the coefficient of regional development and locational method of formal employment. Based upon this analysis it has been demonstrated two space phenomena: a process of spatial restructuring and the strong inequality of mesoregions: PR Southwest, RS Northwest and Frontier West in relation to other mesoregions of Brazil Southern. This result strengthens the identification of spatial features that can explain a pattern of economic development in different boundaries, particularly in Brazil Southern region. The results of this study have provided elements for the regional intervention, being possible, through appropriate public policies, seek the resumption of economic dynamism and the socioeconomic development in the GFM.

Key-words: Regional Development; Border; Economic Development; Regional Studies.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. ; PAIVA, C. A. N. ; FERRERA DE LIMA, J. . Desenvolvimento e Impactos Ambientais em Mesorregiões Fronteiriças Seleccionadas no Sul do Brasil a Partir de 1970. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2007, Londrina. **Anais...** Brasília (DF) : SOBER, 2007. CD-ROM.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CAROD, J. Determinants of industrial location: An application for Catalan municipalities. **Papers in Regional Science**. London, vol.84, nº 84, p.105-120, 2005.

DINIZ, A.M.A. Migração e evolução da fronteira agrícola. In: XI CONGRESSO DA ABEP, 2002, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu (MG): ABEP, 2002. CD-ROM.

FAJARDO, S. Algumas discussões sobre a abordagem econômica do território na geografia e suas implicações no espaço rural. **Revista Ra'ega**. Curitiba, nº 10, p. 131-137, 2005.

FERRERA DE LIMA, J. . Les Composantes des Changements Spatiaux dans la Région Sud du Brésil. **Canadian Journal of Regional Science**. Montréal, vol. 30, p. 227-242, 2007.

FERRERA DE LIMA, J. **Métropole d'analyse régionale: Indicateurs de localisation, de structuration et de changement spatial**. Notes et Rapports de recherche. Saguenay: GRIR, 2006.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3º ed. São Paulo : Edusp, 2003.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <<http://www.ipea.gov.br>> Último acesso em 19 de março de 2010.

KUZNETS, Simon. **Crescimento Econômico Moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL. <<http://www.mesomercosul.org.br>> Último acesso em 19 de março de 2010.

NGUYEN, G.; VICENTE, J. Réseaux métropolitaines, formes locales d'organisation et ancrage de l'activité économique. **Géographie, Économie et Société**. Paris, v. 05, p. 287-310, 2003.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná. In: CASIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.). **Agronegócio e Desenvolvimento Regional**. Edunioeste: Cascavel, p. 57-84, 1999.

PIQUET, R. P. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. <<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais>> Último acesso em 22 de fevereiro de 2010.

SANTOS, M. **Economia espacial**. 3º ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VOLLET, D. ; DION, Y. Les apports potentiels des modèles de la base économique pour guider la décision politique. **Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU)**. Paris, n° 02, p.179-196, 2001.

WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição e padrões. In: SCWHARTZMAN, J. **Economia Regional : Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p. 53-116, 1977.